Licenciada Susana Isabel Pena Rodrigues Almeida, Procuradora-Adjunta em regime de estágio na comarca Rio Maior — transferida, em regime de estágio, para a comarca da Nazaré, com efeitos a partir de 11 de Maio de 2009;

Licenciada Maria José Jerónimo Magalhães, Procuradora-Adjunta em regime de estágio na comarca de Setúbal — transferida, em regime de estágio, para a comarca de Ferreira do Zêzere, com efeitos a partir de 11 de Maio de 2009;

Licenciada Sílvia Maria Melo Simas Pereira do Couto, Procuradora-Adjunta em regime de estágio na comarca de Vagos — transferida, em regime de estágio, para a comarca do Baixo Vouga-Ílhavo.

(Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2009. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes*.

201775783

Despacho n.º 11825/2009

Despacho de SS. Ex.ª o Conselheiro Procurador-Geral da República, de 6 de Maio de 2009

Renovadas por mais três anos, as comissões de serviço, que vêm exercendo os seguintes magistrados:

Licenciada Alda Cristina Freitas Fernandes — Procuradora-Geral Adjunta a exercer as funções de Auditora Jurídica, com efeitos a partir de 8/05/2009;

Licenciado Manuel Pereira Augusto de Matos — Procurador-Geral Adjunto a exercer funções de Vogal do Conselho Consultivo, com efeitos a partir de 19/05/2009.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

11 de Maio de 2009. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.

201777898

PARTE E

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 11826/2009

Tendo o Licenciado José Sérgio de Jesus requerido Equivalência ao grau de mestre em Administração e Gestão Educacional, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho nomeio, os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente — Doutora Lídia da Conceição Grave-Resendes, Professora Associada do Departamento de Educação e Ensino a Distância, Universidade Aberta

Vogais:

Doutora Carolina Fernandes de Carvalho, Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Doutora Isolina Rosa Pereira de Oliveira, Professora Auxiliar do Departamento de Educação e Ensino a Distância da Universidade Aberta

27 de Abril de 2009. — O Reitor, *Carlos António Alves dos Reis*.

201775191

Despacho (extracto) n.º 11827/2009

Doutor António Moreira Teixeira, professor auxiliar desta Universidade, a exercer funções de pró-reitor para a Inovação em Ensino a Distância — é exonerado do exercício das referidas funções, a seu pedido, com efeitos a partir da data do despacho. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Abril de 2009. — O Reitor, *Carlos António Alves dos Reis*.

201770955

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Aviso n.º 9634/2009

Nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), e em conformidade com o disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna -se público que por despacho de 30 de Abril de 2009, do Reitor da Universidade do Algarve, Prof. Doutor João Pinto Guerreiro, no uso das competências conferidas pelo artigo 92.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), se encontra aberto procedimento concursal comum para contratação de um técnico superior, da carreira de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com vista à ocupação de um posto de trabalho previsto no mapa de pessoal da Universidade do Algarve.

1 — Local de trabalho: Laboratório Experimental de Organismos Aquáticos, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve, no Campus de Gambelas, em Faro.

2 — Caracterização do posto de trabalho: Estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos nas áreas da Aquacultura e Biologia Pesqueira; Realização, com responsabilidade e autonomia técnica, de cultivo larvar de peixes marinhos e de cultivos auxiliares; Concepção e construção de circuitos experimentais para manutenção de animais aquáticos em cativeiro; Gestão laboratorial e planeamento experimental; Identificação e recolha da fauna e flora da costa portuguesa; Apoio ao Ensino e à Investigação.

3 — Os requisitos gerais de admissão são os definidos no artigo 8.º da LVCR:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

4 — O recrutamento é aberto aos trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e de acordo com Despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 30 de Abril, é igualmente aberto a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado, determinável ou se relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro

5 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Universidade do Algarve idênticos ao posto de trabalho a concurso.

6 — Habilitações académicas: Licenciatura, não sendo possível substituir esse nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

7 — Factores preferenciais: Licenciatura em Biologia Marinha e Pescas; Experiência na concepção e montagem de circuitos recirculados para a manutenção de organismos marinhos e na manutenção de organismos marinhos em cativeiro; Carta de marinheiro e curso de mergulho.

8 — As candidaturas deverão ser formalizadas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* mediante requerimento onde conste obrigatoriamente:

a) Identificação do procedimento concursal, com indicação da carreira, categoria e actividade caracterizadoras do posto de trabalho a que se candidata;

b) Identificação do candidato, com indicação do nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal e endereço postal e electrónico, caso exista;

c) Indicação da situação precisa em que se encontra, relativamente a cada um dos requisitos gerais para admissão exigidos, constantes do ponto 3;

d) Identificação da modalidade da relação jurídica de emprego previamente estabelecida, quando exista, bem como a carreira e categoria